

Reforma agrária já tem documento de consenso

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, aprovou ontem a proposta básica para um entendimento entre o "Grupo dos 32", liderado pelo Senador José Richa, e a "Comissão Interpartidária", formada por parlamentares do PMDB, PDT, PFL, PT, PC do B e PCB, em torno dos temas polêmicos da Constituinte. Os dois grupos reúnem-se hoje para dar sequência às negociações.



Ulysses acata

ria, um dos pontos até agora considerados inconciliáveis.

— A expectativa do dr. Ulysses é de que consigamos chegar a um consenso quanto aos temas polêmicos, inclusive a reforma agrária — disse o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que esteve na residência do Presidente da Constituinte, à tarde. Todos esperam que os entendimentos se estendam a praticamente todos os itens, deixando de fora somente a duração do mandato presidencial e o sistema de governo.

Ulysses passou o domingo tratando da Constituinte. Em sua casa estiveram, para o almoço, os Ministros do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Ivan de Sousa Mendes e da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e os Deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Fernando Gasparian (PMDB-SP), e Paulo Macarini (PMDB-SC).

Algumas propostas foram analisadas informalmente e isoladamente

por Ulysses e seus convidados. Uma delas se refere à necessidade de se dotar a nova Constituição de mecanismos que permitam agilizar a Justiça brasileira que, por ser morosa, termina por favorecer a escalada da violência no País, conforme observou o Deputado Paulo Macarini, ao deixar o encontro.

O Deputado Fernando Gasparian falou ao Presidente do PMDB de sua intenção de apresentar emenda ao projeto do Relator da Comissão de Sistematização com o objetivo de acabar com a figura dos "marajás", que percebem os mais altos salários do País. Ele pretende fixar o salário mais alto, que deverá ser o do Presidente da República. Segundo ele, embora já exista Lei nesse sentido, ela não é respeitada por não estar incluída na Constituição. Ulysses aprovou a iniciativa e disse a Gasparian que irá agilizar a tramitação de sua emenda na Comissão.

Para Simon, Aliança só precisa ser mantida até promulgação da Carta

PORTO ALEGRE — Ao prever que os conflitos entre o PMDB e PFL vão continuar, o Governador Pedro Simon disse que só existe a obrigação de manter a Aliança Democrática até a promulgação da nova Constituição. A partir daí, acredita o Governador, estará encerrado o processo de transição política e os dois partidos deverão se enfrentar. "Por enquanto, temos obrigação de administrar esse conflito", afirmou.

Lembrando que o PMDB e o PFL são os dois maiores partidos do País, Simon considera natural que ambos tenham ambições de chegar sozinhos ao poder. Somente a responsabilidade com os compromissos assumidos em 1984, que permitiram a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, faz com que o PMDB procure se "unir nas discordâncias".

Na opinião de Simon, a crise surgida com a demissão do Ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, já está superada. Tudo isso teria sido evitado, garante, se Ronaldo Costa Couto, atualmente no Gabinete Civil, tivesse permanecido no Ministério do Interior.

— Este foi o Ministério mais difícil de ser preenchido por Tancredo Neves que, diante das pressões do PMDB e do PFL, escolheu Ronaldo por conta pessoal — revelou, acrescentando que a escolha de João Alves para o cargo vai diminuir a tensão.

Em conversa por telefone com o Governador da Bahia, Waldir Pires, Simon recebeu boas informações: "O Waldir disse que João Alves é uma pessoa com quem é possível dialogar".

Mayer nega ter feito comentário sobre mandato

BRASÍLIA — "Ao Judiciário não cabe emitir opiniões sobre um tema essencialmente político, como a duração do mandato do Presidente José Sarney. Não podemos nos manifestar ou nos posicionar sobre um tema que foge totalmente de nossa perspectiva". Com essa declaração, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Raphael Mayer, desmentiu informações publicadas no sábado, de que teria defendido seis anos de mandato para Sarney.

— Ao Judiciário cabe apenas julgar casos. Não há nenhuma possibilidade de nos posicionarmos sem que este assunto esteja na ordem do dia do Tribunal — acrescentou o Ministro.

Ulysses garante apoio de Arraes ao Presidente

BRASÍLIA — O episódio da demissão do Superintendente da Sudene, Dorany Sampaio, na semana passada, não deverá levar o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, a romper com o Governo, assegurou ontem o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães. Ele manifestou esta convicção depois de ter falado com o Governador por telefone e de ter ouvido do Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, relato sobre a conversa que ele e Arraes tiveram no sábado, em Recife.

— Arraes vai continuar colaborando com o Governo — garantiu Ulysses.

Ontem à tarde, o clima era de descontração entre o reduzido grupo que almoçou na casa de Ulysses. O Chefe do Serviço Nacional e Informações (SNI), General Ivan de Souza Mendes, chegou a manifestar a um dos poucos parlamentares presentes seu otimismo com a superação da crise que ameaçou as relações entre Ulysses e o Presidente José Sarney, por causa da demissão de Dorany.

— Mais uma vez os canais foram desobstruídos.

Ulysses repetiu relato do encontro que tivera na véspera com o Presidente, afirmando que o PMDB não irá romper com o Governo e tampouco a Aliança Democrática será extinta antes que termine a Constituinte e o Governo Sarney.

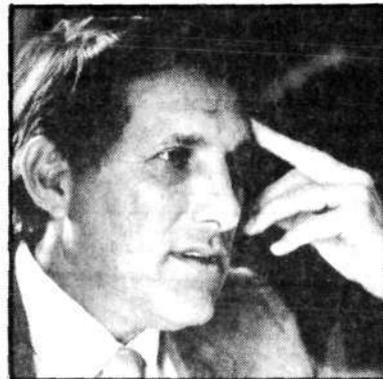
Quércia diz que governadores se reúnem até votação da Constituinte

SÃO PAULO — Convencido do poder de pressão dos governadores até a fase de votação da Constituinte, o Governador Orestes Quércia confirmou ontem a possibilidade de um encontro entre seus colegas de outros Estados até as proximidades daquela etapa. Segundo Quércia, a participação dos Governadores vai ocorrer nos próximos dias, com a entrega ao Relator Bernardo Cabral de algumas propostas de emendas, que têm sido discutidas por telefone.

Algumas questões, que contam com a aprovação da maioria dos Governadores, revela Quércia, dizem respeito ao que classificam de disparidades a serem evitadas. Entre elas, a proposta que prevê a divisão com os empregados do comando das empresas públicas ou a paridade dos vencimentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para Quércia, a orientação atual, em que se tomam como padrão os salários do Executivo, ainda é a ideal.

Os governadores pretendem modificar a proposta de inelegibilidade de prefeitos e governadores. Ainda se depender de sua vontade, a implantação do parlamentarismo nos Estados — caso seja aprovado pela Constituinte — ficará na dependência de aprovação por dois terços das Assembleias Legislativas.

Também pretendem os governado-



Quércia: Sarney está mais popular

res interferir na emenda que limita o poder dos Estados à simples adequação das respectivas Constituições à nova Carta Constitucional. Quércia alega que os Estados querem ter o direito de fazer suas próprias Constituições.

Os governadores já trocaram idéias por telefone sobre a questão do limite do número de vereadores, nos municípios e nas capitais, e também de deputados. Pessoalmente, Quércia é favorável à emenda do PT, que levaria a bancada de São Paulo a 120 parlamentares. Não acredita, entretanto, que seja aprovada, devendo por isso mesmo insistir na emenda peemedebista, pela qual o total de deputados passaria de 60 a 80.

Orestes Quércia considerou um grande avanço a criação do piso salarial nacional, por ser reivindicação antiga que vai possibilitar ao Governo melhorar o salário mínimo para o trabalhador.

— O salário mínimo se manteve achatado porque o aumento significava uma repercussão muito maior na economia. O salário era base para outros reajustes, como a Previdência e o aluguel. Agora, o trabalhador pode ganhar mais, sem que outros setores sejam corrigidos — disse.

Para Quércia, o Presidente Sarney está melhor hoje em termos de popularidade do que em outras épocas. — Isso é próprio do regime democrático. Os governos têm popularidade e em outras épocas não têm. Acredito que o Governo Federal já esteve pior. Desejo que sua popularidade melhore e, se pudermos ajudar, o faremos. Resolver problemas é bom para o Governo porque fica com maior prestígio entre o povo, mas é melhor ainda para o próprio povo.

O Governador considera legítimas as pressões sofridas pelo Presidente Sarney, principalmente por parte do PMDB e PFL:

— Num regime democrático, governar significa também conduzir pressões. É o Presidente Sarney tem a sensibilidade para saber conduzir bem essas pressões. Ele está se saindo muito bem — afirmou.

Lourenço: Sarney decidirá sozinho o caso da Sudene

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, disse ontem não acreditar na informação — dada pelo Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, após encontro com o Presidente José Sarney — de que o novo Superintendente da Sudene será uma indicação dos Governadores do Nordeste. Lourenço classificou essa informação como "um possível mal-entendido", lembrando ter ouvido do Presidente Sarney que a nomeação de cargos é de sua livre escolha e responsabilidade.

— Ou eu não entendi bem a entrevista do Presidente ou a afirmação de Ulysses. Prefiro ficar com a entrevista — disse.

Ao comentar o editorial "Convergindo para a praia", publicado ontem no GLOBO, o Líder do PFL disse concordar com a afirmação de que o Presidente da República deve ser preservado pelos partidos da Aliança Democrática. Acrescentou, contudo, que a crítica aos que pretendem tutelar o Presidente não se aplica a seu partido:

— Os nossos Ministros não choram para ficar, saem com dignidade do Governo, pedem demissão. Os do PMDB choram.

Já o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, considerou o editorial "oportuno, um lembrete importante de que não pode haver jogo duplo e de que o Presidente não pode ser tutelado por ninguém".

Segundo Chiarelli, "não há crise na Aliança, mas sim no PMDB e não se pode ser um pouco oposição e um pouco Governo".

— É bom que a opinião pública perceba a necessidade de que os partidos sejam fiéis a seus programas originais e tenham identidade definida, sem agir como travestis — disse Chiarelli.

Em Recife, o Presidente regional do partido, Joel de Holanda, considerou "ato de revanchismo, que configura perseguição política, a demissão pelo Governador Miguel Arraes, na última sexta-feira, de 42 funcionários do Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetep)".

Entre os demitidos, há funcionários com 15 anos de serviço e às vésperas da aposentadoria. Muitos deles serviram aos governos anteriores e figuram na relação de Assesores e Chefes de Gabinete dos ex-Governadores Marco Maciel e Gustavo Krause.

— Acabou a farsa do governo Arraes. Antes, servidores eram demitidos sob alegação de anulação de contratos pretensamente irregulares. Agora, quando a Justiça começa a dar ganho de causa aos demitidos, o Governo volta a demitir, desta vez por perseguição — acusou Joel de Holanda, mostrando que a revolta no partido não está apenas no nível nacional.